

AS VERDADES DA INFORMAÇÃO E A MANIPULAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS MASSAS

THE TRUTHS OF INFORMATION AND MANIPULATION OF KNOWLEDGE OF THE MASSES

Leandro Augusto de Rezende*

A presente comunicação pretende elucidar como o conhecimento acerca da realidade do indivíduo componente da sociedade capitalista contemporânea pode ter um valor estipulado por uma ordem ulteriormente dada, estabelecida por uma classe definida, a saber, a classe detentora do poder econômico, ao ponto desta, no exercício de seu poder, instituir o que deve ser conhecido ou o que deve ser valorado como conhecimento pelo sujeito que padece mediante a manipulação instaurada, corroborando para a transvaloração do mesmo de sujeito a objeto. O conhecimento e/ou a cultura ficam restritos a tais princípios administrados.

Para tal, os detentores do poder econômico, no papel de administradores de tal estrutura, propagam seus ditames pela manipulação da informação veiculada na mídia, atividade esta que tende a constituir indivíduos homogeneizados e conformá-los como massa de manobra. Logo, o valor verdade das informações propagadas virá a ser estipulado arbitrariamente pelos detentores de tal poder. Este tipo de informação adquire determinado status de conhecimento e o acúmulo da mesma vem a ser aquilo que – como fachada – compõe o cabedal de conhecimento do indivíduo.

Como referencial teórico foram adotados alguns textos dos principais teóricos componentes da corrente chamada Teoria Crítica que data do início de século XX, corrente esta que estabeleceu seu “interesse teórico [no] porquê de a classe operária não ter assumido o seu destino histórico de revolucionar a ordem estabelecida” (FREITAG, 1986, p. 15).

Adorno (1986) a partir da formatação do conceito de sociedade industrial pretende explicitar que critérios adotados em relação à estratificação das camadas sociais estabelecidas por dados empíricos são generalizações que porventura pretendem mascarar a perspectiva de totalidade da estrutura em que tal sociedade se compõe, donde o antagonismo implícito se mostra vigente. Tal sociedade aparamentada por uma ideologia mercantil se caracteriza por uma objetividade donde a coerção à adaptação do indivíduo a princípios operacionais é habilmente coadunada. Destarte, tal elaboração extirpa qualquer possibilidade desse

* Graduando em Filosofia pela PUC Mians. E-mail: l.rezende@yahoo.com.br.

vislumbrar-se pertencente a uma classe determinada, pois, segundo o autor, “a classe é determinada pela posição quanto aos meios de produção, e não pela consciência de classe” (ADORNO, 1986, p. 65). Impedido de discernir sobre tais determinantes, o indivíduo limitado aos ditames da alienação imposta pela estrutura, apenas reproduz inconscientemente os mesmos fins dispostos pela ideologia dominante. Mesmo que ele [o indivíduo] esteja impedido a priori de atingir tais prerrogativas – por aspectos da mesma estrutura – mantém vivificada sua aspiração pelos ideais dominantes. Tal estrutura social disposta pela irracionalidade difundida de forma subjetiva antagonicamente amplia o domínio de uma racionalidade objetiva, a saber, a racionalidade técnica, que se amplifica habilmente na medida em que a evolução tecnológica ganha determinada amplitude.

Paralelo a evolução tecnológica, os aparatos de dominação assumem a mesma dinâmica de evolução, com o intuito de pleitear a involução dos intelectos a serem apropriados, instaurando o imediatismo nas consciências que ao elencarem (in) voluntariamente o consumismo, a otimização do tempo para a eficácia de tal pleito e a personificação da apreensão destes arquétipos se torna mais prodigiosa mediante o avanço da tecnologia que, aparelhada para dominação, imputa a mera execução operacional e determinada objetividade acrítica. “Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração” (MARCUSE, 1973, p. 16). O propósito estabelecido em tais linhas de produção orgânicas enfatiza o caráter totalitarista da sociedade industrial, prefigurando indivíduos em habilidades e atitudes socialmente estabelecidas a necessidades e aspirações individuais pré-concebidas, estipulando formas de vida e a arregimentação de uma realidade projetada, fundamentando uma prescrição inata unidimensional acerca das mesmas. Tal natureza concatenada à existência estabelece necessidades à mesma, uma *existência-para*, donde a justificativa depende do papel ocupado e da predisposição ao exercício deste para seu re-conhecimento perante sua imanência à sociedade industrial.

Os anseios propagados e permeados nas consciências evidenciam a centralização de necessidades que transcendem as distinções de classe estabelecidas na própria sociedade, independentemente de sujeitos e predicados caracterizados como pertencentes a determinado contexto social. A compulsão democratizada pelos ideais dominantes demonstra a eficiência do sistema imposto e justifica o requerimento das massas alienadas pelo ideal democrático difundido. A manutenção do *status quo* tornada irremediável, endossa o aparato re-produtivo concernente ao sistema social como um todo.

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem estes produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida. (MARCUSE, 1973, p. 32).

Nas sociedades democráticas contemporâneas os valores são estabelecidos como mercadoria, fomentando uma cultura pré-fabricada em um âmbito totalitário, mistificando a concepção de divisão de classes estabelecida, pois, além do caráter inebriante instigado por uma *práxis* consumista, a disponibilidade dos produtos aliada a uma determinada possibilidade de compra – mesmo que seja falsa por aspectos inerentes a própria estrutura – se torna um desejo compactuado independentemente da classe a que pertença o indivíduo que, a partir de então recebe a patente de consumidor. A propaganda oferta os desejos de forma universal, mas malogra as possibilidades. A situação de opressão adquire uma concepção leniente, devido ao fato das mercadorias serem ofertadas para o suposto alcance de todos e os imperativos das propagandas terem o devido sucesso ao atingir o âmago do consumidor. Mesmo o conhecimento adquire seu grau de utilidade conforme o produto, ou seja, alocado ao *como* adquirir tal produto em tempo hábil e *como* utilizá-lo. O ideal, o material e o conhecimento se fundem em um mesmo produto sob a égide de tal “cultura à categoria de um (falso) patrimônio coletivo e de uma (falsa) universalidade” (MARCUSE, 1970, p. 57). Essa cultura mistifica tanto sua verdade quanto altera o seu patamar de valor na medida em que se torna apreensível pelo indivíduo com assaz autenticidade e como *télos*. A cultura (*Bildung*), construída em seus aspectos histórico-sociais, se torna paulatinamente destituída de seu real valor; ao torná-la negativa, a cultura de massas se torna universalmente (e unilateralmente) a cultura afirmativa. Cerceando a concepção histórico-social, os valores da cultura burguesa universalizados aos indivíduos como massa, proporcionalmente, enquanto cada vez mais consumidos, promovem um (falso) indício de civilização, e a busca por tal *status* de civilização se torna (como que) uma constante obrigatoriedade para que o indivíduo seja reconhecido e se reconheça como pertencente à sociedade, se tornando um ente heterônimo e abstrato em meio a um invólucro de necessidades dispostas pelas coisas concretas que adquirem um caráter valorativo superior aos próprios indivíduos, e que se amplifica pelo assentimento dos mesmos. As exigências partem dos produtos comercializados e o caráter de autonomia é formalizado mediante a posse do produto. O conhecimento se encerra naquilo que é editado e pelo atrativo da apreensão de algo pronto e acabado. Seja no reino da alma, do intelecto ou da ação, seja qual for a realidade dada, os atributos, as relações e as necessidades

são dados da certeza de uma essência dada externamente, conformada pelo mercado cujos valores são fidedignos a leis econômicas. O homem se torna então a expressão deste ideal.

A cultura fora desse cosmos patenteado vem a ser deslegitimada, logo subjugada e, ao ser indiciada, primeiramente, por determinados atributos de inferioridade, viria a ser, por conseguinte, suplantada por um padrão cuja superioridade estaria estipulada a priori pela entidade ordenadora. Uma cultura dominante (industrializada) de fácil apreensão e difusão é destinada àqueles cuja cultura fora abolida (negada), donde esses, postergados, assumiriam passivamente o encargo de próprios agentes difusores de tal arregimentação à medida que tal processo de usurpação da consciência e do intelecto se tornasse cada vez mais latente. Ao estabelecer determinados valores, a sociedade capitalista estabelece tanto graus de importância quanto quem comporá as polaridades. A cultura industrializada ofertada pela sociedade se impõe unidimensionalmente positiva. A verdade depende desta apreensão do positivo, o momento se torna um dado do objeto e o pensamento a consequência da adesão. A realidade se cristalizara pela incessante reprodução desta verdade, donde passado, presente e futuro estão petrificados em um invólucro assistido: todos os fenômenos são creditados a um absoluto irrevogável e intransponível.

Apesar de o indivíduo ter sua autonomia decretada, esta não passa de uma mera concessão, pois obedece às delimitações da sociedade. As relações do indivíduo consigo mesmo, com o mundo exterior a ele e com aquilo que deve compor seu próprio conhecimento, permanecem mediatizadas pelas leis do mercado, seja pelas mercadorias ou pela informação veiculada. Tanto o indivíduo quanto sua concepção de realidade permanecem na ordem do abstrato. A existência de uma totalidade exterior fabricada decreta a existência individual em seu interior. O esvaecer da alma, conseqüentemente de qualquer atributo de particularidade, estabelece um poder totalitário que estagna qualquer possibilidade de alteração da realidade social estabelecida como verdade. Todo conhecimento e toda manifestação adquire uma nova verdade – dada a priori. O conhecimento, assim, vem a ser encerrado em valor de mercado por sua devida utilidade, adquirindo uma patente cujos direitos autorais pertencem a um grupo restrito, este detentor dos meios (econômicos) necessários para o mesmo. O modelo adotado pelo trabalho industrial se difundiu em todas as esferas da sociedade. O processo elaborado nas linhas de produção estendeu-se ao modo pelo qual o indivíduo delibera sobre suas ações e preferências e considera um conhecimento como válido, donde o valor dado pelo sujeito às suas necessidades permanece alinhado ao valor estipulado pelo mercado, um encadeamento teleologicamente montado para compor uma ordem, para que tal mecanismo continue

funcionando em prol da manutenção dos ideais da sociedade consumista e capitalista – mais precisamente dos ideais dominantes. As necessidades do indivíduo, embora tidas como suas, não lhes pertence, além de propositalmente efêmeras, conformadas ao valor ditado pela indústria cultural, instaurando uma dicotomia na relação entre o alto grau de desenvolvimento tecnológico dinâmico da sociedade contemporânea e o indivíduo alienado disposto nesta que inculca princípios estáticos.

Se a organização da sociedade impede, de um modo automático ou planejado, pela indústria cultural e da consciência e pelos monopólios de opinião, o conhecimento e a experiência dos mais ameaçadores eventos e das ideias e teoremas críticos essenciais; se, muito além disso ela paralisa a simples capacidade de imaginar concretamente o mundo de um modo diverso de como ele dominadoramente se apresenta àqueles pelos quais ele é construído, então o estado de espírito fixado e manipulado torna-se um poder real – um poder de repressão – quanto outrora o oposto da repressão, o espírito livre, quis eliminá-la. (ADORNO, 1986, p. 70).

A indústria cultural estabelece a homogeneização a um patamar de totalitarismo, disseminando a ideologia dominante como preceitos culturais a serem personificados. Imbricado em uma horda economicamente viabilizada, o indivíduo faz desta a prioridade de suas realizações pessoais, a promessa da ascensão a uma suposta autonomia e uma liberdade oníricas, que tal cultura difunde como uma possibilidade sumamente atingível, mas que apenas cristaliza-se em uma distopia, um modelo de vida reificado a ser introjetado e consumido, disposto nas propagandas e nas prateleiras. Uma consciência acrítica e totalmente submissa aos critérios preestabelecidos pelo mecanismo da dominação difundido por uma cultura pasteurizada e manifestada como prerrogativa de uma dinâmica social. A ideologia implícita estipula os anseios e calcula os meios para tais. A cultura estigmatizada reproduz em si mesma uma

categórica negação da cultura [e] se torna um pretexto para promover o que há de mais brutal, depravado, até mesmo repressivo, sobretudo para resolver obstinadamente a favor da sociedade o perenizado conflito entre sociedade e indivíduo, de acordo com os padrões dos administradores que tomam conta dela. (ADORNO, 1986, p. 89).

Este dirigismo ulterior ao estigmatizar uma verdade unilateral a ser apreendida, estipula uma escala de valor para outros motivadores da ação humana, como a noção de bem e o conhecimento, pois seu valor fica atrelado conforme estipula o mercado. A concepção daquilo que é considerado como fundamental – ou meramente desperta desejo e causa satisfação – fica conformado a tal ordem, a uma determinação material e informacional

promovida pela manipulação disposta pelos bens materiais difundidos na mídia. Não somente os produtos e a informação são comerciais, mas a felicidade e o bem-estar são remetidos a tal logicidade economicista, cujos valores que porventura atinariam o indivíduo – sob a égide de seu próprio julgamento para aquilo que lhe apetecesse – são extirpados por uma circunstância universal tida como irrevogável. “O indivíduo que faça depender o seu objeto supremo, a sua felicidade, de tais bens, transforma-se num escravo dos homens e das coisas, que escapam ao seu domínio: prescinde da sua liberdade” (MARCUSE, 1970, p. 49). A concepção do que é bem ou bom, do que é conhecimento ou mera informação, se torna volátil, logo a verdade dos mesmos se torna condicionada àquilo que é vendido como novidade. A cultura e o conhecimento se tornam fadados a uma obsolescência programada em um presente cotidiano, acondicionada por uma linha tênue que separa o supérfluo do necessário, o lixo do luxo. O desejo e a satisfação permanecem mensurados por um imediatismo “natural” à concepção deste mundo pré-fabricado.

Para garantir a estabilidade desta estrutura e a personificação de tais caracteres, certo adestramento das massas vem a ser estabelecido pela universalização de um processo educacional destinado a reproduzir tal sociedade, pois tal via torna efetiva a possibilidade de conciliar os antagonismos vigentes. O indivíduo “educado” por tais preceitos adquire a personalidade padrão da sociedade burguesa, aprende a enobrecer tal cultura e considerar esta tradicional e dotada de autenticidade. Proclama a felicidade sob os parâmetros institucionalizados ulteriormente como um/o Bem supremo. Cultura, ciência, arte, educação e conhecimento permanecem organizados para a sujeição das massas a interiorização do projeto da sociedade burguesa – e para expansão e manutenção da mesma –, aniquilando as particularidades que estejam em desacordo a qualquer mandamento da totalidade. Destarte, o conhecimento é medido proporcionalmente pelo cabedal de informações adquiridas dos veículos das grandes mídias. Aquilo que o indivíduo consome é visto como um arquétipo de sua (nova) cultura que se renova na obsolescência de cada produto e na validade de cada informação que se converteu em conhecimento. A cultura da sociedade qualifica os bens culturais e um novo patamar de valor cultural (industrializado), economicamente ativo, como produto de compra, venda e troca.

O ideal produtivo direciona a concepção do ideal de vida e comportamento da sociedade burguesa. Os postos de trabalho estratificados em material humano permanecem acondicionados a sua devida utilidade para o sumo bem do processo, este que tem no produto seu fim. As características pessoais dos ocupantes dos postos de trabalho devem

necessariamente corresponder aos caracteres impostos a priori, como ciência sobre aquilo que os postergados realizam dentro e além dos muros fabris, tornando ciência os métodos de dominação. Além dos autóctones elencados para exercerem as funções produtivas, a estrutura produz os “especialistas” para tal recrutamento, posto que a especialidade atribuída à conclusão da carreira acadêmica acaba se singularizando a um mero papel. O especialista sucumbe à cadeia produtiva, recrutado por outro especialista advindo de um plano superior e promovido por este – um horizonte sob a alcunha dos possuidores do poderio econômico. Qualquer gênero de ciência ou indivíduo de ciência cuja capacidade seja a possibilidade de irromper tal *práxis* mecanicista imposta deve rigorosamente ser cerceado e resignado à estrutura, donde os mesmos adquirem *status* de meros ornamentos, “existem pela sua própria capacidade de dar beleza; (...) são, essencialmente, bens de consumo com o mesmo direito que o cinema, a televisão, as criações da lógica, os cigarros e as viagens coletivas [...]” (HORKHEIMER, 1970, p. 122).

A busca pela verdade perde seu sentido com tantas verdades presentificadas e absolutizadas pelo mercado. As perguntas se tornam desnecessárias mediante as respostas dadas pelos produtos e pela informação dispostos meramente para o consumo. O sentimento de falta se torna preenchido por aquilo que é ofertado pelas propagandas e está ao alcance mais próximo. A (falsa) emancipação é veementemente vendida como/pela (falsa) autonomia difundida nas propagandas veiculadas a um indivíduo que se torna singular apenas no momento em que o imperativo lhe é dirigido pelas mesmas. Destarte, este *eu* formatado se torna conformado ao produto e à informação veiculados como tantas outras individualidades amalgamadas pelo mesmo processo. A insistência pela independência e pela individualidade nada mais é que a obediência a uma ordem ulterior, que estabelece veladamente a dependência. Esta “liberdade continua a ser uma ambígua promessa de cultura, enquanto a existência desta depende da realidade conjurada em vão [...]” (ADORNO, 1970, p. 18). Tal cultura formatada cria o produto, o consumidor e a própria realidade. O conhecimento se torna datado pela informação veiculada, condenado a expirar de acordo com a próxima informação presentificada, fato este que permite a mesma transmutar seu valor de novidade em valor verdade. Quanto maior a expansão de tal aparato totalitário, maior a quantidade de interesses individuais absorvidos e conformados à consagração do todo. Nesta Era da inclusão, o próprio maquinário de condicionamento das diferenças a uma homogeneidade incólume proclama o poderio e re-afirma o vigor do *modus operandi* fabril. A desintegração do *eu* decreta a falta de sentido da existência individual. O indivíduo *é se está* no todo.

Tanto o pensamento quanto o exercício da liberdade são reproduzidos pelo esclarecimento adotado à luz de um reigente ordenador, cuja disciplina sede estabelecida por um processo educacional que desde cedo apenas reproduz tal estrutura da sociedade na consciência de seus educandos. O indivíduo aprende desde a fase pueril a converter seus dotes despertados para proveito e aos fundamentos de uma realidade irremediável e totalizante. As contradições da ênfase em um individual remediado pelo todo e na realidade assistida culminam na exaltação explícita no discurso das sociedades democráticas, donde todos têm direitos a tudo sem os ter realmente. A democracia apenas compõe um ideário disposto para ocupar um papel fundamental na doutrinação das massas, pois as benesses ou os dissabores, o gozo do direito ou a penúria do dever, a liberdade ou a servidão, o valor do conhecimento e a verdade da informação, ambos estão dispostos a devidos grupos específicos da sociedade burguesa. Os brados vociferantes em que ecoam os gritos de democracia acima de tudo (e de todos) apenas tornam efetiva a utilidade do termo significado pela publicidade. É imposta uma ditadura da democracia, donde tal imposição é um poder (auto) proclamado pelos detentores deste, suprimindo as partes na harmonia do todo, desde que tal harmonia esteja em conformidade com os ditames deste seletivo grupo. Esta doutrina imposta ratifica a impressão de que todos gozam das benesses da conjuntura.

A cultura enquanto re-apropriada e aparamentada pelo economicismo sucumbe a uma vertiginosa degradação corroborada pela velocidade de sua propagação, sendo proporcional ao sucesso de sua impregnação nas consciências. Como propaganda se converte em mera informação, despreocupada com qualquer tipo de formação, pois apenas sua veiculação como mercadoria tem assaz relevância. Tanto a verdade da coisa quanto seu valor a ser atribuído pelas consciências depende do sucesso de sua propaganda. Da aparência vendida como realidade no sucesso das propagandas ao próprio sucesso atribuído pela aparência na realidade. O ideal se torna o real efetivo, mas transfigurado por uma ideologia implícita a serviço de uma necessidade social cada vez mais efêmera, tornando uma conjuntura social estratificada cada vez menos visível e cada vez mais ininteligível. A determinação da consciência converteu-se em um subjetivismo a serviço da desapropriação da própria consciência.

A cultura tornou-se ideológica, não só como conteúdo essencial das manifestações do espírito objetivo – muito objetivamente confeccionadas –, mas também e em grande medida como esfera da vida privada. Esta dissimula com aparatos de importância e autonomia o fato de hoje em dia apenas vegetar como apêndice do

processo social. A vida transforma-se na ideologia da coisificação [...]. (ADORNO, 1970, p. 33 – 34).

A consciência individual se torna cada vez mais embotada por uma consciência coletiva pré-figurada. Tal consciência universalizada mantém um todo petrificado e centralizado, cujas partes são mera peça de encaixe com determinada funcionalidade no todo da estrutura. A inércia da parte se traduz na inércia do todo. A imagem uniforme condiz com o cerceamento da diferença, logo com a imagem de liberdade como aparência e a aparência da informação como conhecimento. A sociedade da aparência converteu realidade, existência e conhecimento à mera aparência. A personificação do indivíduo se torna passível ao processo de instrumentalização dada ao mesmo. Assim como o produto, este adquire um valor de uso e um valor de troca perante a estrutura. A ausência de liberdade emite o parecer sobre as possibilidades da autodeterminação do indivíduo e de seu (pseudo) conhecimento. Incapaz de compreender tal emparelhamento subjetivo e de aperceber-se alienado a padronização imputada, o indivíduo permanece condicionado não apenas às mercadorias que o satisfaz, mas a pensamentos, sentimentos e aspirações administrados. Estabelecida uma nova horda de valores culturais, garante-se a incorporação destes e sua reprodução massiva, donde os discursos de liberdade e realização estão reduzidos a formulações calculáveis e lucrativas impingidas pela alienação que deformam seus significados. A verdade e a inverdade assumem caracteres dados às possibilidades estabelecidas e administradas, podendo coexistir harmoniosamente conforme as predileções dadas.

A cultura e o conhecimento acerca da natureza como sublimação da racionalidade humana se prostra aos ditames da mercantilização e da apropriação negativa enfatizada pela sociedade industrial contemporânea. A contemporaneidade assiste ao processo de dessublimação da cultura mediante a racionalidade tecnicizada, a progressão da unidimensionalidade vertida ao lucro e a difusão da manipulação em prol deste. “A dominação tem sua própria estética, e a dominação democrática tem sua estética democrática. [...] Obviamente, a transformação física do mundo acarreta a transformação psicológica de seus símbolos, imagens e ideais” (MARCUSE, 1973, p. 77). O modo de conceber o mundo se conforma àquilo que é veiculado e gerenciado por um seletivo grupo. Obliterando a realidade, o nível de aceitação e adaptação ao qual o indivíduo está condicionado e sua capacidade de formatar seu próprio conhecimento permanece conforme o cálculo, consternando suas necessidades a este. A ordem é o fator que transforma a ação predeterminada em fato. A hipnose disposta pelos imperativos das propagandas alinha contundentemente o sujeito à ação

prefixada por estas, donde o próprio sujeito da ação se torna um mero objeto que adquire predicados mediante sua aceitação e aderência ao produto ou à ação à qual foi suplantado. Com a supressão da capacidade conceptual do indivíduo e sua subordinação a ditames administrados, o mesmo se posterga aos fatos imediatos, petrificando tal concepção imediatista e personificando-a em suas atribuições. A possibilidade de compreensão do mesmo acerca dos fatos dados, das informações, se mostra cerceada. Esta adequação universalizada por meio da manipulação da informação permite transcender da mera imputação autoritária – porventura disposta por meios austeros e punitivos – à enunciação subliminar estabelecida pelo democraticismo e a permissividade instaurados, uma sujeição velada e personificada pelos sujeitos em suas predileções e ações, concretizando a crença de tais receptores passivos naquilo que é predeterminado somado ao que a própria consciência fomenta. Tanto a individualidade da escolha quanto o ideal de liberdade permanecem condicionados ao conceito operacional da dominação disposta. O indivíduo padecendo da escassez de re-conhecimento acerca dos fatos pela obliteração dada pelo conceito operacional ajuíza sua interpretação sobre os mesmos de forma abstrata, inconclusiva, um re-conhecimento que denota uma lacuna, uma deformação entre a realidade manifesta e a compreensão da mesma pelo indivíduo. A mera informação em sua totalidade se converte em conhecimento. Verdade e realidade se estabilizam sobre as prerrogativas de uma logicidade conformada à aceitação, donde o questionamento acerca dos fatos dispostos padece na aridez das respostas pré-configuradas e pelo vislumbre de um ínfimo horizonte como matéria de questionamento. A realidade adquire veracidade conforme o valor verdade atribuído pela informação veiculada com tal intuito. A verdade deixa de pertencer à realidade concreta para figurar como tal na “realidade” abstrata das manchetes, aliada à descrença de uma existência além da dada. O compreendido se amolda a uma estrutura assaz comprimida donde os fatores são obliterados pelos fatos, o real adquire uma concreção dada e, para o indivíduo, ao mesmo tempo sujeito e objeto desta estrutura, a mesma se torna inexorável. Este permanece mediado por tensão e distensão, expropriado de sua concepção histórica e subjetiva em nome de uma força social existente estacionada em um *eu* intransigente customizado ao mercado e sua informação, estigmatizando uma dependência pessoal pela ordem objetiva das coisas. “Hoje, os elementos mistificadores estão dominados e empregados na publicidade, propaganda e política de produção” (MARCUSE, 1973, p. 179). Tais aparatos dispostos nesta sociedade mistificada mantêm eficazmente as partes aliadas ao todo, aglutinadas conforme os cálculos que determinam os fatores, a informação veiculada que estipula o conhecimento dos fatos.

A reação contra tal *status quo* estabelecido por esta sociedade estruturada na aquisição do supérfluo e na ênfase à superprodução, donde as qualidades humanas são embotadas pela díade *poder-ter*, ou pelo conhecimento convertido em mera informação dirigida, se efetiva mediante a desmistificação desta estrutura tecnificada, através do homem que reconhece a si mesmo e ao outro como ser de cultura, disposto a ser o único formador de seu próprio conhecimento acerca da realidade factual. Ou seja, quando a negação da (ir) racionalidade técnica imposta pela sociedade se torna um elemento da *práxis* do indivíduo como existente, pois a existência humana condicionada aos imperativos das mercadorias acaba sendo tão efêmera quanto o prazer propiciado por tais (falsos) bens, onde a doutrinação que se estabelece subjetivamente mediante a veiculação propagandística se apodera das necessidades particulares e desintegra qualquer pensamento autônomo, estipulando uma verdade unidimensional regurgitada e acessível, um todo dado em conhecimento e conhecido como irremediável.

Em vista dos argumentos apresentados pode-se vislumbrar a relação do caráter meramente informativo dado ao conhecimento que vem a ser valorado como tal para ser difundido às massas pela indústria cultural na atual conjuntura da sociedade capitalista contemporânea. O conhecimento, assim, assume determinado caráter de utilidade dado por uma instância ulterior, para vir a ser ofertado como produto do mercado, não obstante para ser valorado como poder por um princípio regulador, este sob a alcunha dos detentores do poder econômico.

A mera aquisição da maior quantidade de informação possível pelo indivíduo – esta habilmente mistificada em seu valor verdade pelos mecanismos criados pelo aparato da grande mídia – adquire, além de tal valor verdade tido como inquestionável pelo mesmo, aquilo que comporá o cabedal de seu próprio conhecimento, ou seja, as ferramentas as quais ele [o indivíduo] virá a possuir para organizar e dirigir suas ações e predileções, como sujeito que se coloca frente à realidade.

Logo, tanto a cultura quanto o conhecimento em si vêm a ser estipulados por um mero atributo informacional, fadado à inutilidade e obsolescência programadas, estabelecendo às massas uma fachada que obscurantiza o real valor da informação veiculada como conhecimento, o que ocasiona no adestramento do indivíduo que, cerceado do verdadeiro conhecimento – este que vem a ser negativado pela ideologia imposta – padece no ostracismo que a estrutura em voga estabelece com o intuito de propagar os ditames da classe dominante, replicar a ideologia consumista e, por fim, para a manutenção deste *status quo*.

(A presente comunicação, em 2015, venceu o prêmio Sylvia Resende Costa, que é destinado aos alunos de graduação do Instituto de Ciências Humanas e do Curso de Filosofia, da PUC Minas)

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Sociologia**. Organização de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido A. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, T. W.; MARCUSE, H.; HORKHEIMER, M. **Cultura e sociedade**. Tradução de Carlos Grifo. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?** Tradução de Luiz P. Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. 4 ed. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. **O capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.